

Alteração de porte



© 2023. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná - SEBRAE

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n.º 9.610).

Informações e contato:

SEBRAE Paraná
Rua Caeté, 150 - Prado Velho
CEP 80220-300 - Curitiba - PR
Internet: www.sebraepr.com.br

Presidente do Conselho Deliberativo

Ercílio Santinoni

Diretoria Executiva

Vitor Roberto Tioqueta
César Reinaldo Rissete
José Gava Neto

Unidade de Ambiente e Negócios Empresariais

Luiz Marcelo Padilha

Unidade de Ambiente e Relacionamento

Vânia Paula Cruz

Gestora Estadual Canal de Atendimento Sala do Empreendedor

Carla Selva Rodrigues dos Santos

Unidade de Gestão e Inovação de Produtos

Joana D'Arc Julia de Melo

Analista Técnica do Desenvolvimento

Hellenn Rosy Stadler Dalan Frasson

Elaboração do conteúdo ou conteudista

Salete Ap. Oliveira Horst Luiz
Marcelo Padilha

Revisão e atualização do conteúdo

Carla Selva Rodrigues dos Santos

Editoração e Revisão de Texto

Ceolin & Lima Serviços Ltda.

sumário

Palavra da Diretoria.....	4
Introdução	5
Porte de empresas no Brasil.....	6
Análise das situações que levam uma empresa a migrar de porte	8
O que deve ser considerado antes de mudar de porte?	8
Quando o MEI migrar para ME ele precisará de contador?	9
Quais opções tributárias?	9
Impacto no planejamento financeiro (novos tributos, número de funcionários)	11
Quanto a empresa terá de lucro na nova modalidade?	11
Quais riscos podem ser percebidos?.....	12
A alteração é por necessidade ou oportunidade?	13
Procedimentos de alteração de porte	15
Em qual momento fazer a alteração?	16
Quais procedimentos devem ser feitos no município?	17
Referências	19

Palavra da Diretoria

Há mais de 50 anos, o Sebrae está ao lado de quem empreende e trabalha para fortalecer a micro e pequena empresa. Estamos presentes nos 399 municípios paranaenses, com serviços, produtos, parcerias e projetos que impactam a criação de um ambiente de negócios cada vez mais sustentável e favorável.

Estamos disponíveis por canais presenciais e digitais para quem já empreende ou deseja abrir um negócio, formalizar e crescer no mercado. E, neste sentido, uma das maneiras mais acessíveis para quem deseja ter uma empresa, começa pela figura jurídica do Microempreendedor Individual (MEI), criada em 2008 para tirar da informalidade profissionais autônomos e pequenos empreendedores.

Quem se formaliza como MEI passa a ter um CNPJ próprio, ganha a possibilidade de emitir notas fiscais e de ter acesso aos benefícios da Previdência Social, além da alternativa de contratação de um funcionário. Passa a ser uma empresa, o que compreende novos desafios e prerrogativas para seguir e crescer no mercado, independentemente do segmento no qual deseja investir.

Para ajudar quem tem o sonho de montar o próprio negócio, mas não sabe por onde começar, ou mesmo quem já está no mercado como MEI, o Sebrae/PR realiza um atendimento dedicado e gratuito em todo estado, promovendo a inovação, a gestão e a competitividade.

Nesta publicação, uma da série de sete cartilhas que abordam pontos fundamentais e informações que vão da abertura, vantagens, deveres, alteração de porte, acesso ao crédito até as declarações anuais obrigatórias para quem é MEI, reunimos conteúdo para serem um guia e ajudar no negócio.

Os desafios de empreender ainda são muitos e, por isso, é necessário para os empreendedores buscarem capacitação e apoio no momento de criar o seu negócio, bem como quando desejarem expandir.

O Sebrae está sempre pronto para atender e ajudar quem empreende.

Boa leitura e contem conosco!



Introdução

Antes de tomar a decisão de alterar o porte de sua empresa, é importante que o empresário leve em consideração diversos fatores. Desta forma, este material apresenta alguns esclarecimentos sobre processo de alteração ou migração de porte.

Entre as questões que serão trabalhadas, temos os procedimentos a serem realizados, o melhor momento para efetuar tais mudanças, como devem ser analisados os lucros, etc. Exemplo marcante que desperta nos empresários o interesse em alterar o porte de suas empresas é, justamente, aquilo que se encontra no cerne da diferenciação de uma microempresa ou de uma empresa de pequeno porte para outras modalidades, ou seja: a limitação de faturamento. Assim, quando a empresa passa a obter muito sucesso e exceder os valores do formato para o qual ela havia sido pensada, é momento de verificar seriamente como realizar a alteração de seu porte.

Além da questão do faturamento, podem existir outros inúmeros fatores que reflitam na necessidade da empresa em mudar seu porte. Assim sendo, esses fatores também serão analisados adiante.

Por fim, é importante pontuar que o presente trabalho não vai esgotar esse assunto, justamente pelo fato de ser bastante amplo e apresentar uma vasta legislação. O intuito, todavia, é de levar mais informação acerca de uma questão tão importante como o porte de uma empresa. Além disso, o Sebrae está à disposição para orientá-lo a encontrar o melhor caminho para o sucesso de sua empresa.

Esperamos que este material possa ajudá-lo!

OBSERVAÇÃO

Recolha todas as informações e tendências de mercado sobre seu negócio

ORIENTAÇÃO

De posse dessas informações busque orientação, o Sebrae pode ajudar com essa análise

DECISÃO

Decida a melhor opção e trace um plano de ação ou um plano de negócios para diminuir seus riscos

AÇÃO

Siga seu planejamento e lembre sempre de voltar a observar tendências de mercado para inovar

Porte de empresas no Brasil

CRITÉRIO: RECEITA BRUTA	DEFINIÇÃO	RECEITA BRUTA ANUAL
Microempresa	Sociedade empresária, sociedade simples, empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário, devidamente registrados nos órgãos competentes, que aufera em cada ano calendário.	Consultar faturamento vigente para o ano.
Empresa de pequeno porte	A empresa de pequeno porte não perderá o seu enquadramento se obter adicionais de receitas de exportação, até o limite vigente permitido.	Consultar faturamento vigente para o ano.
Microempreendedor individual	É a pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário optante pelo Simples Nacional. O microempreendedor pode possuir empregado e não pode ser sócio ou titular de outra empresa.	Consultar faturamento vigente para o ano.



A Lei Complementar 123/2006, também conhecida como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, é a responsável por definir em quais modalidades de porte uma determinada empresa poderá se encaixar. Esse diploma jurídico trouxe um grande avanço no tratamento dispensado às microempresas (ME) e às empresas de pequeno porte (EPP). Posteriormente, essa mesma lei foi alterada e criou-se a figura do microempreendedor individual (MEI).

O enquadramento no Simples Nacional, que é o recolhimento dos tributos em guia única, só poderá ser efetivado para os três portes supracitados e não poderá envolver, especialmente, as atividades vedadas constantes no anexo VI da Resolução CGSN 140/2018.

Segundo dados do Empresômetro, há atualmente no Brasil mais de 9 milhões de microempreendedores individuais, num universo de mais de 20 milhões de empreendimentos, sendo que as microempresas e empresas de pequeno porte são as responsáveis pela maioria dos negócios formais e por empregar mais da metade dos trabalhadores legalmente registrados.

Muitas dessas empresas iniciam suas atividades como microempreendedores individuais (MEI) e, à medida que conseguem se estabelecer, ou seja, aumentar o seu faturamento ou até mesmo tendo a necessidade de empregar mais de dois funcionários, percebem a necessidade de migrar para outro porte de empresa, como a microempresa ou a empresa de pequeno porte que, por sua vez, possuem limites mais amplos.



Análise das situações que levam uma empresa a migrar de porte



1. O que deve ser considerado antes de mudar de porte?

Antes de tomar a decisão de mudar o porte de sua empresa, muitas situações precisarão ser levadas em consideração. Caso você seja um microempreendedor individual, as regras de mudança de porte alterarão de maneira bem significativa a forma de gerir a sua empresa e de tributação.

Deve ser considerado que qualquer categoria de empresa que não seja MEI necessita da assessoria de um contador, haja vista que os tributos, encargos e obrigações acessórias terão valores diferenciados de acordo com seu faturamento.

O empresário precisa ter claro que com a nova modalidade de empresa tanto os tributos quanto suas responsabilidades serão maiores, porém não pode temer, pois crescer faz parte do sucesso de seu negócio!

Fica a dica

Nunca baseie suas decisões de vida em conselhos de pessoas que não terão que lidar com o resultado das suas decisões



2. Quando o MEI migrar para ME ele precisará de contador?

A partir do momento em que o microempreendedor individual decide mudar de porte para microempresa, por opção própria ou de ofício, ele precisará de um contador de sua confiança para providenciar todas as alterações que se fizerem necessárias.

3. Quais opções tributárias?

Todas as empresas, após a abertura, precisam ser enquadradas em algum regime tributário que definirá como será a forma dos pagamentos dos tributos. Muitas empresas, quando iniciam suas atividades, podendo se enquadrar no Simples Nacional, optam por essa tributação, pois o recolhimento dos impostos será através de uma única guia e as alíquotas iniciais irão de 4,5% a 19,5% Sobre o faturamento bruto vigente para a Microempresa. Já as Empresas de Pequeno Porte terão alíquotas maiores, a depender do Anexo da LC nº 123/2006 a que pertençam.





As empresas que adotarem a tributação Lucro Presumido recolherão tributos entre 8% até 32% sendo o percentual aplicado sobre a receita bruta de cada atividade. Este é um regime tributário disponível para muitos tipos de empresa e as alíquotas variam de acordo com a atividade exercida.

Normalmente, somente as empresas de maior porte optam pela tributação de Lucro Real, pois nesse modelo de regime tributário, os tributos serão calculados sobre o lucro líquido e no caso do COFINS e do PIS a alíquota é maior do que no Lucro Presumido. É muito importante que seja feita uma simulação para verificar se essa forma de tributação vai compensar. De acordo com a legislação, há algumas empresas que são obrigadas a utilizar essa forma de tributação.

A escolha pela forma de pagamento de tributos poderá ser renovada em janeiro de cada ano e terá efeitos durante este exercício. Caso o empresário deseje se manter em determinado enquadramento de apuração e pagamento de tributos nos anos subsequentes, não precisará informar novamente. Caso contrário, é possível que seja feita a alteração da forma de pagamento de tributos a depender da conveniência do negócio.

Por isso, é muito importante ter um profissional contábil de sua confiança que poderá fazer a simulação das três formas de tributação para que você decida em qual pretende se enquadrar.



Impacto no planejamento financeiro (novos tributos, número de funcionários)

4. Quanto a empresa terá de lucro na nova modalidade?

Para responder a essa questão, muitos pontos precisam ser considerados. Quando se opta por mudar de modalidade de empresa, é preciso verificar se todo o investimento inicial deste negócio já teve retorno. Na sequência, é necessário realizar um levantamento acerca de quanto a mais será investido, se haverá algum sócio e qual será o capital social da empresa.

Fazendo um Plano de Negócios bem detalhado, essas questões serão mais facilmente visualizadas pelo empreendedor que terá mais clareza de quanto tempo levará para ter retorno do investimento e de fato passar a ter lucro. Infelizmente, muitos empreendedores iniciam um novo negócio ou decidem mudar de modalidade sem se preocupar em fazer o levantamento da viabilidade através de um Plano de Negócios bem elaborado o que pode acabar ocasionando prejuízos enormes para o empresário.

Para saber quanto tempo se levará para se ter o retorno financeiro de um investimento em um novo negócio ou numa nova modalidade, será necessário fazer alguns cálculos. Entende-se por investimento todo o capital que tenha sido investido numa empresa e, para calcular o retorno desse investimento, divide-se o investimento inicial pelo lucro líquido mensal.

Exemplo: Investimento Total = **100.000,00** Lucro Líquido Mensal = **4.000,00**

Prazo para retorno do investimento = **25 MESES**

Taxa de Rentabilidade: 4% (para saber a taxa de rentabilidade do investimento divide-se o Lucro Líquido Mensal pelo Investimento Total)

Quais riscos podem ser percebidos?



Existe a possibilidade de o empresário exceder o faturamento bruto anual e não solicitar, espontaneamente, a migração para outro porte de empresa. Assim, quando isso ocorrer e ultrapassar 20% do faturamento bruto anual, resultará em uma cobrança de pagamento de todos os tributos devidos, já na modalidade correta, de forma retroativa ao início daquele exercício ou início das atividades, com multas, juros e correção monetária.

Percebe-se ainda a importância do cuidado que todo empreendedor deve ter no que se refere à contratação do profissional responsável pelas questões contábeis da empresa. Deve-se verificar, por exemplo, se o mesmo se encontra regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade. Essa atenção deve ser levada em conta, pois um contador sem a qualificação necessária ou não atualizado com relação à legislação vigente poderá acarretar prejuízos ao empresário. Dessa forma, é fundamental que o profissional contábil simule todas as situações possíveis para que, assim, o empresário possa escolher, verdadeiramente, o que entende ser a melhor opção tributária.

Faça seu Planejamento Estratégico

ONDE ESTAMOS?

É necessário saber onde está a organização, o que significa realizar uma análise de sua situação atual, com base nas variáveis explicativas mais importantes.

PRA ONDE VAMOS?

Em seguida, é identificado o futuro desejado, em termos dessas mesmas variáveis.

COMO CHEGAMOS LÁ?

Finalmente, indicam-se as ações necessárias para proceder à transformação na direção pretendida.

1. A alteração é por necessidade ou oportunidade?

Vários são os motivos que poderão levar o empresário a decidir migrar de microempreendedor individual para microempresa ou empresa de pequeno porte. A qualquer tempo, o empresário poderá solicitar essa transformação por vontade própria sendo que a mesma passará a vigorar a partir de 1º de janeiro do ano subsequente à solicitação ou já no mês seguinte, a depender do caso concreto.

Conforme já afirmamos, são vários os motivos que poderão levar o empresário a tal decisão. Abaixo, daremos exemplos da necessidade de migrar de microempreendedor individual para microempresa ou empresa de pequeno porte:

- Ter necessidade de contratar mais funcionários;
- Perceber que o faturamento ficará acima do limite permitido para o ano vigente
- Querer ter sócios;
- Pretender abrir uma filial;
- Desejar ser sócio de uma outra empresa;
- Outra pessoa jurídica ingressar no quadro societário da empresa;
- Ou ainda, decidir exercer atividades que são vedadas para o microempreendedor individual.

Caso o faturamento do microempreendedor individual ultrapasse em até no máximo 20% do limite estabelecido para o faturamento





bruto anual, ele se desenquadrará em janeiro do ano seguinte. Por outro lado, se o faturamento ultrapassar 20% do limite, os efeitos do desenquadramento retroagirão a janeiro do mesmo ano e, ainda, incidirão juros e correção monetária sobre os impostos devidos.

No caso de uma microempresa querer (ou precisar) migrar para empresa de pequeno porte, a principal motivação é por exceder o limite anual de faturamento.





Procedimentos de alteração de porte

Depois que o contador acessar o Portal do Simples Nacional e solicitar o desequadramento como MEI, deverá fazer o registro dessa solicitação na Junta Comercial anexando alguns documentos que o contador providenciará. A partir daí, você já será um empresário individual.

O contador também vai providenciar a alteração da Razão Social, fará inclusão do nome fantasia e do capital social da empresa. Todos esses atos serão posteriores ao registro do porte. O ingresso da pessoa jurídica no regime Simples Nacional é facultativo.

Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte opte por se enquadrar no Simples Nacional no mesmo ano de abertura da empresa, terá que fazê-lo antes de decorridos 180 dias da abertura que consta no CNPJ. Ainda, a empresa que possui dívidas com Município, Estado ou União não poderá ingressar no Simples Nacional sem antes regularizar sua situação.

Para Microempreendedor Individual,

Microempresa e Empresa de Pequeno Porte verificar o faturamento permitido para o ano.

Sinais que indicam a hora de ampliar:

1. Quantidades de clientes
2. Demanda crescente
3. Lucro contínuo
4. Diversificar os produtos
5. Crescimento do setor

Como continuar atrativo no mercado competitivo:

1. Precisa se reinventar e olhar para o mercado
2. Entender o produto ou serviço que está oferecendo
3. Se adaptar às necessidades do consumidor
4. Capacitar-se para atender melhor o seu cliente

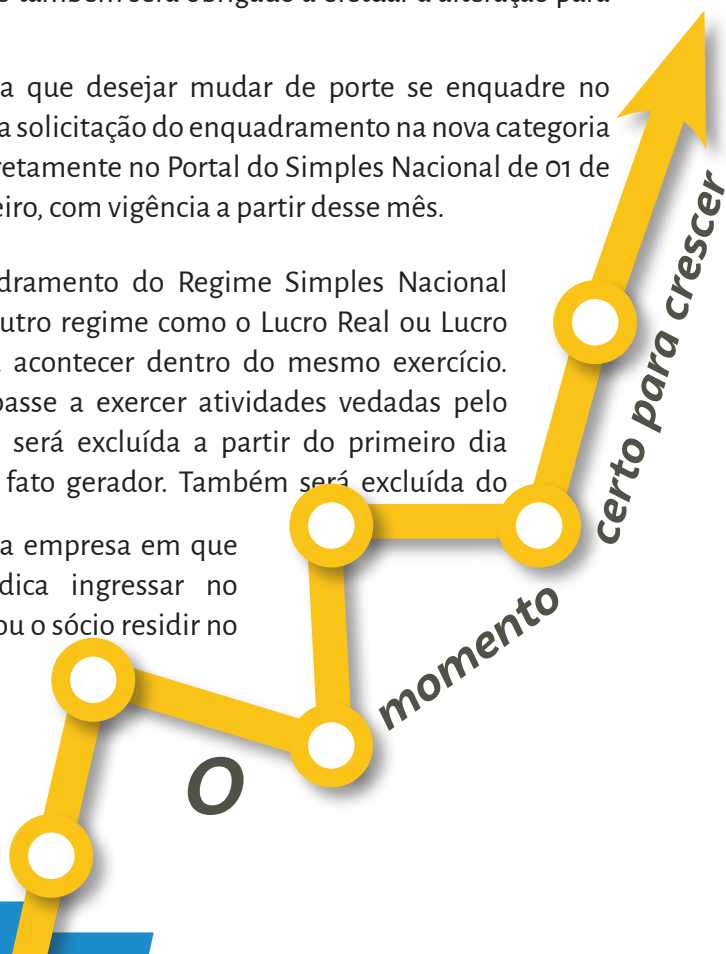
1. Em qual momento fazer a alteração?

O momento de migrar de porte dependerá muito da necessidade da empresa em um determinado contexto. No entanto, o que mais leva as empresas a optarem pela alteração de porte é justamente o fato de excederem o faturamento bruto permitido para a faixa em que estão enquadradas. No caso do microempreendedor individual que tem a necessidade de contratar mais de dois empregados ou deseja ter sócios, o mesmo também será obrigado a efetuar a alteração para microempresa.

Caso a empresa que desejar mudar de porte se enquadre no Simples Nacional, a solicitação do enquadramento na nova categoria deverá ser feita diretamente no Portal do Simples Nacional de 01 de janeiro a 31 de janeiro, com vigência a partir desse mês.

Já o desenquadramento do Regime Simples Nacional e migração para outro regime como o Lucro Real ou Lucro Presumido deverá acontecer dentro do mesmo exercício. Caso a empresa passe a exercer atividades vedadas pelo Simples Nacional, será excluída a partir do primeiro dia útil de ocorrido o fato gerador. Também será excluída do

Simples Nacional a empresa em que uma pessoa jurídica ingressar no quadro societário ou o sócio residir no exterior.





2. Quais procedimentos devem ser feitos no município?

Após todas as alterações referentes à mudança de porte, que deverão ser realizadas por um contador no sítio da Junta Comercial (<http://www.empresafacil.pr.gov.br/>), o mesmo deverá protocolar, junto ao Município, a documentação da alteração realizada. Com a utilização da RedeSimples, sistema da Junta Comercial, em alguns municípios do Estado, essas informações são repassadas de maneira integrada, não sendo mais necessário o protocolo da documentação junto às prefeituras.

Importante salientar que para fazer uso dos serviços disponíveis na plataforma Gov.br ou do Portal da Redesim, primeiramente o usuário deverá informar um e-mail válido e efetuar o login no site **GOV.BR** (<https://gov.br>).

No que se refere às taxas de emissão e renovação de alvarás de licença, alguns municípios, além isentar os microempreendedores individuais, também oferecem um tratamento diferenciado às microempresas através da obtenção de percentuais de isenção nas taxas mediante a apresentação do faturamento anual para a Secretaria da Fazenda ou de Finanças. Para comprovação do faturamento do ano anterior, é necessário apresentar a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica.



Referências

BRASIL. Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a instituição do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 20 de set. 2019

BRASIL. Lei Complementar n. 128, de 19 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a alteração da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm>. Acesso em: 22 de set. 2019.

BRASIL. Lei Complementar n. 155, de 25 de outubro de 2016. Dispõe sobre a alteração a Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nos 9.613, de 3 de março de 1998, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e revoga dispositivo da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp155.htm>. Acesso em: 30 de set. 2019.

BRASIL. Resolução CGSN n. 140, de 22 de maio de 2018. Dispõe sobre o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional). Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=92278&visao=anotado>>. Acesso em: 01 de out. 2019.

PEQUENAS Empresas & Grandes Negócios. Brasil tem 20 milhões de empreendimentos. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/pme/pequenas-empresas-grandes-negocios/noticia/2019/02/03/brasil-tem-20-milhoes-de-empreendimentos-no-brasil.gh.html>>. Acesso em 02 de out. 2019.

SEBRAE. Pequenos negócios no Brasil. Disponível em: <<http://www.sebraepr.com.br/PortalSebrae/artigos/Pequenos-Neg%C3%B3cios-no-Brasil>>. Acesso em: 18 de jul. 2016.

Histórico de faturamento do MEI

Considerando 12 meses

[illegible]

Cada empreendedor
tem um perfil.

Qual é o seu?



**Potencialize ao máximo os
seus resultados**, fortalecendo
seus diferenciais e desenvolvendo
suas limitações para aproveitar
todas as oportunidades de
negócio da melhor maneira!

Descubra
seu perfil
**agora
mesmo:**



www.sebraepr.com.br/perfilempreendedor



CURTIR O
EMPREENDEDORISMO
PARA COMPARTILHAR
O **SUCESSO:**
ESSE É O **NEGÓCIO!**

Siga o **SEBRAE** nas
mídias sociais e vamos
juntos fazer acontecer.



prsebrae



@sebrae_pr



prsebrae



@sebraepr



Sebrae/PR

sebraepr.com.br
0800 570 0800



**MAIS PRÓXIMO
DE VOCÊ.
MAIS PRÁTICO
PARA SEU
NEGÓCIO.**

Receba dicas exclusivas,
fale com o Sebrae, mostre
sua empresa e conecte-se!

BAIXE O **MEU SEBRAE**, É GRATUITO

APONTE A CÂMERA
DO CELULAR PARA
ESSE CÓDIGO
E APROVEITE



www.sebraepr.com.br/meusebrae



sebraepr.com.br
0800 570 0800

Conheça o nosso **EaD**. São mais de **200 cursos!**



O SEBRAE ONDE VOCÊ ESTIVER.

Faça cursos na sua empresa, em casa ou onde preferir.
São diversos assuntos que vão alavancar o seu negócio.



Acesse

ead.sebrae.com.br



Fale com o Sebrae



CENTRAL DE ATENDIMENTO

Se você precisa de atendimento remoto do Sebrae para receber orientações e conhecer as nossas soluções, basta ligar gratuitamente para:



0800 570 0800



OUVIDORIA

Se você deseja enviar elogios, sugestões, reclamações ou fazer denúncias referentes às soluções do Sebrae aplicadas pelas Salas do Empreendedor, entre em contato com **Ouvidoria**:



www.ouvidoria.sebrae.com.br



(41) 3330-5816



(41) 99747-5559

